

POR UMA GEOGRAFIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

“Não há verdades definitivas, apenas interpretações sobre a realidade, condicionadas pelo ponto de vista de quem as propõe.”

Friedrich Nietzsche

Elói Martins Senhoras & Claudete de Castro Silva Vitte

Instituto de Geociências (IG) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

 eloi@ige.unicamp.br / clavitte@ige.unicamp.br

Resumo

O presente trabalho apresenta-se para introduzir um novo entendimento aos questionamentos de renovação nos estudos geográficos a partir do recorte de investigação da *geografia das relações internacionais*. O estudo objetiva introduzir a ótica da geografia das relações internacionais na academia brasileira, a fim de demonstrar as características *suis generis* de uma recente perspectiva que é campo de confluência da *geopolítica*, da *geoeconomia* e da *geocultura* por se fundamentar nas discussões, respectivamente, estratégicas e políticas dos lugares; nas redes e fluxos logísticos, comerciais e financeiros; e nas redes de informações, migrações e culturas, ao definir as relações e lógicas espaciais de poder *intra* e *inter* territórios e fronteiras, que redesenham constantemente os contornos do mapa do mundo atual. Com essa discussão são fornecidos os subsídios para a garantia de pluralidade e o aprofundamento do debate sobre o recorte metodológico da geografia das relações internacionais que neste novo século tem mister importância para o entendimento das dinâmicas transformações disseminadas no tempo e no espaço que consubstanciam uma realidade complexa chamada globalização.

Palavras chaves: epistemologia, geografia das relações internacionais, teoria.

1 - Introdução

A globalização pode ser vista como um processo histórico-social de vastas proporções, abalando drasticamente os quadros de referência dos indivíduos, das coletividades e das teorias.

O dinamismo temporal e espacial da globalização rompe e recria o mapa do mundo, inaugurando novos processos, novas estruturas e novas formas de sociabilidade, que se articulam e se impõem aos povos, tribos, nações e nacionalidades. Muito do que aparentava estar estabelecido em geografia em termos de conceitos, categorias ou interpretações, relativos aos mais diversos aspectos da realidade social, parece perder significado, tornando-se anacrônico. Os territórios e as fronteiras, os regimes políticos e os estilos de vida, as culturas e as civilizações parecem mesclar-se, tensionar-se e dinamizar-se em outras modalidades, direções ou possibilidades. As coisas, as pessoas e as idéias movem-se em múltiplas direções, desenraízam-se, tornam-se volantes ou simplesmente desterritorializam-se.

A partir desse novo dinamismo espacial e temporal engendrado pelo processo de globalização está em curso um movimento reflexivo de gênese de uma nova totalidade epistemológica, abarcando a convergência da geografia, econômica, política e cultural, conhecida como estudos de geografia em relações internacionais.

A análise da geografia das relações internacionais tem características *suis generis* de uma recente perspectiva que é campo de confluência da *geopolítica*, da *geoeconomia* e da *geocultura* por se fundamentar nas discussões, respectivamente, estratégicas e políticas dos lugares; nas redes e fluxos logísticos, comerciais e financeiros; e nas redes de informações, migrações e culturas, ao definir as relações e lógicas espaciais de poder *intra* e *inter* territórios e fronteiras, que redesenham constantemente os contornos do mapa do mundo atual.

A geografia das relações internacionais embora seja uma área de convergência tripartite de estudos, ultrapassa os limites de cada contribuição isolada segundo um formato dialógico com novos conceitos e uma nova ótica de reflexão.

Com a redefinição do papel dos territórios nacionais e da compressão do tempo no processo de globalização, tem-se observado que a primazia dos estudos

geopolíticos perde destaque frente aos estudos geoeconômicos e geoculturais, que assumem importância crescente, ao desvelarem o caráter dinâmico das redes e fluxos logísticos, comerciais e humanos que não respeitam as fronteiras dos Estados.

A partir desse quadro analítico, que transmuta na realidade e traz impactos sob o campo teórico, se por um lado os estudos geopolíticos têm um caráter estático e exclusivamente focado no Estado, por outro lado, os estudos geoeconômicos e geoculturais sozinhos, embora introduzam uma pluralidade de outros atores e valores ao foco de estudo, são insuficientes para explicar a dinâmica da globalização.

A geografia das relações internacionais tem um caráter inovador ao estudar esse novo "ciclo" da história, por meio de um recorte metodológico pluralístico, as relações, processos e estruturas polarizadas no espaço mundial em termos de integração e acomodação, assim como de fragmentação e contradição, envolvendo sempre as condições e as possibilidades de soberania e hegemonia.

2 - O Sub-Campo da Geografia das Relações Internacionais

Um campo científico tem sido tradicionalmente entendido como qualquer segmento relativamente autônomo dotado de lógica própria; domínio auto-contido e auto-referido de atividades, onde os pesquisadores se conhecem e se reconhecem mutuamente, interagem de acordo com as posições que ocupam, mantendo entre si relações de cooperação e concorrência com vistas ao desenvolvimento teórico.

A geografia tem sido reconhecida como um campo científico construído ao longo de mais de um século por uma série diferenciada de sistemas de interesses e de solidariedade, que a levou a uma incessante de autodefesa e de reafirmação de identidades, mas ao mesmo tempo a recorrentes críticas ao campo, com recorrentes discursos de crise e críticas ao método.

O paradigma de explicação geográfica da realidade vem sofrendo críticas que têm provocado abalos nos seus fundamentos e na sua estrutura conceitual, bem como têm fragilizado o seu sistema de legitimações, pois parte da comunidade científica compartilha uma insatisfação para com o paradigma vigente, o que gerou a procura de

modelos alternativos de procedimento científico, onde a geografia das relações internacionais se insere.

Tabela 1 - Características de um Campo Científico

<i>Foco</i>	Os campos científicos se constituem como domínios específicos ao canalizarem a atividade de pesquisadores para a consecução de fins comuns, apoiados em teorias e valores compartilhados. Os campos científicos estabelecem os princípios que regulam as relações de cooperação e competição entre os pesquisadores, bem como os termos nos quais são definidos os seus estudos.
<i>Autonomia</i>	Os campos científicos mantêm uma relativa e variável autonomia em comparação a outros campos, cujas relações tendem a ser marcadamente assimétricas devido aos diferentes tamanhos e poder de atração. Entre os campos é permanente a disputa pela primazia, que se mede em termos de reconhecimento, prestígio, poder e recursos materiais.
<i>Auto-Referência</i>	Nos campos científicos a auto-referência designa aos esforços de observação e identificação do próprio campo pela referência a teorias, pesquisas e pesquisadores, com a finalidade de construção de fronteiras delimitadas. A auto-referência pode se dar em três níveis diversos, de crescente complexidade, como auto-observação, auto-descrição e auto-reflexão.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Sebastião (2005).

Partindo desse quadro tortuoso de construção de um reconhecido campo que é a geografia, a intenção de apontar para o surgimento de uma pretensa nova e distinta área que pode se tornar em sub-campo de especialização, que é a geografia de relações internacionais, faz parte de um esforço de renovação dos estudos geográficos ligado à interdisciplinaridade e às novas temáticas de interdependência internacional das escalas no mundo globalizado.

O foco do sub-campo da geografia das relações internacionais parte de uma linha de pesquisa que é orientada para a construção de um núcleo duro com o objetivo de aplicar os instrumentais analíticos da geografia tradicional dentro de uma convergência transdisciplinar para a reflexão do espaço no sistema internacional.

Como a autonomia não é nunca uma condição dada, pois resulta de um trabalho incessante de autodefesa e de reafirmação de identidades, a construção da geografia

das relações internacionais passa necessariamente pela construção de um sistema de comunicação próprio por meio de conceitos próprios.

A construção de auto-referência da geografia das relações internacionais implica a expressão deste artigo e de outros estudos que possam adensar a formação deste sub-campo de especialização, pois é somente através de estudos de epistemologia e da decantação de teorias e de metodologias que a edificação do quadro de referência da geografia das relações internacionais pode surgir.

2.1 - A Construção de uma Teoria da Geografia das Relações Internacionais

Na construção de uma teoria de geografia das relações internacionais, os procedimentos de indução e dedução se fazem presentes, apesar de suas limitações, o que faz com que a criatividade seja em última instância a sua definidora.

Waltz (1979), apesar de identificar as deficiências e problemas do mundo da experimentação e da observação, argumenta que as teorias não são divorciadas da dedução e da indução, mas são indiretamente conectadas a elas.

Deixando de lado as posições extremadas ou polarizadas de um racionalismo puro ou de um empirismo puro, segundo Hanson (1997), o conhecimento deve resultar de um trabalho equilibrado dos sentidos e da razão, uma vez que a observação e a interpretação são processos simultâneos e indissociáveis.

Além da indução e da dedução, as teorias têm que conter conceitos operatórios do próprio sub-campo de geografia das relações internacionais ou das alianças nele conformadas, que são advindas da invenção e criatividade de uma reflexão sobre a realidade.

Dentro desse cenário, uma teoria da geografia das relações internacionais deve ser construída através de simplificações, pois é através delas que se move de estudos que indicam as relações de causa e interdependência de fatos para formulações teóricas de explicação. Quatro procedimentos podem ser utilizados em variáveis e interações para se chegar à simplificação: a) isolamento, b) abstração, c) agregação, e d) idealização.

Tabela 2 - Limitações dos procedimentos de Indução e Dedução

<i>Procedimentos</i>	<i>Limitações</i>
Dedução¹ ¹O procedimento hipotético-dedutivo define o objeto e suas leis e disso deduz propriedades e previsões.	A limitação da dedução acontece, pois o conhecimento é potencialmente infinito e sem um guia não há como reunir informação de forma a torná-lo compreensível. A dedução pode fornecer novas informações, mas nunca novo conhecimento, pois ela sempre está assentada em premissas teóricas.
Indução² ²O procedimento hipotético-indutivo apresenta suposições sobre o objeto, realiza observações e experimentos e chega à definição de fatos, leis, propriedades e previsões.	A limitação da indução acontece, pois a acumulação de dados e de correlações não necessariamente leva a um conhecimento final ou causal. Representa apenas um quebra-cabeças que pode ser organizado, mas não explicado. Como pensamento hipotético, a indução confirma ou não associações, mas não cria teorias¹.

Fonte: Elaboração própria. Baseada em Kneller (1980); Nagel (1978) e Waltz (1979).

Ao combinar o procedimento do racionalismo dedutivo e do procedimento empirista indutivo junto à criatividade para a conformação de teorias, a geografia das relações internacionais tem uma concepção construtivista da ciência, que é moldada através de modelos explicativos da realidade e não por meio de uma representação da própria realidade.

Como o conhecimento é uma construção lógico-intelectual e uma construção experimental, o geógrafo não espera que sua teoria apresente a realidade em si mesma, mas espera que ofereça estruturas e modelos de funcionamento da realidade, explicando os fenômenos observados.

Tal como em Weber (1993), a teoria da geografia das relações internacionais explica apenas parte da realidade e portanto é distinta da realidade, por isso o cientista não deve esperar apresentar uma verdade absoluta, mas sim uma explicação aproximada de uma parte da realidade.

¹ O problema da indução consiste no fato de que uma observação ou experimento, por mais que venha a se repetir, só pode ser um enunciado singular, não pode ser generalizado como verdade universal, mesmo que as inferências indutivas se apresentem como probabilidades e não como verdades absolutas.

Enquanto teoria, a geografia das relações internacionais é um recorte escalar da realidade que indica somente que alguns fatos são mais importantes que outros e especifica relação entre eles. Sua utilidade é dada pelo sua capacidade de explicação e pelo poder de predição.

2.2 – Discussões Epistemológicas para a Construção Científica do Sub-Campo da Geografia das Relações Internacionais

A ciência é um empreendimento humano socialmente construído de conhecimento da natureza e exploração desse conhecimento, que envolve uma história, um método de investigação e uma comunidade de investigadores (Kneller, 1980).

Na construção de um sub-campo de especialização da ciência, o uso de uma metodologia segue regular e ordenadamente um caminho através do qual uma certa finalidade ou objetivo científico deve ser alcançado. No caso do conhecimento, é o caminho ordenado que o pensamento segue por meio de um conjunto de regras e procedimentos racionais.

Como um instrumento racional para adquirir, demonstrar ou verificar conhecimentos, a metodologia científica está assentada principalmente no conceito de *teoria*, que é uma aproximação do conhecimento, e por isso constrói ou explica uma parte da realidade, uma vez que existe uma infinidade de dados e uma infinidade de possíveis explicações para esses dados. As teorias são conjunturais e não explicam os fatos conclusivamente.

As teorias não são verdades, muito menos são a própria realidade. São apenas explicações científicas de um fragmento da realidade, que incorporam discursos descritivos e pressupostos teóricos, que são não fatuais, portanto somente incorporados quando tornam a explicação possível.

Uma vez que a ciência propõe explicações verificáveis, mas não verdades imutáveis, por isso existe uma história da ciência, na qual boa parte dos enunciados se modifica ou é substituído por uma sucessão de novas teorias. Nessa evolução, a história da ciência é interpretada por diferentes autores através de continuidades ou

rupturas, podendo trazer importantes subsídios para a construção metodológica do sub-campo de geografia das relações internacionais.

Através da provocadora tese do “anarquismo metodológico” acerca da multiplicidade dos métodos, Feyrabend (1977), afirma que as teorias que se sucedem são incomensuráveis. Dentro dessa concepção, a incomensurabilidade altera profundamente o sentido do progresso científico, substituindo-o pela idéia de uma descontinuidade radical, de uma caminhada cega do pensamento científico.

Por outro viés, Lakatos (1983) ao dialogar com Feyrabend define a evolução da ciência como um “campo de batalha de programas de investigação” e não de teorias isoladas, onde a história da ciência é construída por uma metodologia progressiva que substitui à regressiva, através de programas de pesquisa que progridem e degeneram.

Khun (1996) põe em destaque o progresso da teoria vinculada à noção de paradigmas de ciência, que são distintas formas sucessivas do pensamento e de práticas científicas que pertencem a um mesmo modelo fundamental de conhecimento. A evolução da teoria científica acontece por dois formatos complementares da trajetória das comunidades científicas dentro dos paradigmas. A via principal acontece através do desenvolvimento e resolução de quebra-cabeças da ciência normal por um padrão acumulativo e com regras específicas em determinado paradigma pela comunidade científica. A via extraordinária ou revolucionária acontece na transição paradigmática, marcada pelas rupturas e descontinuidades na proposição de soluções às anomalias da ciência normal².

A partir dessas diversas interpretações da construção científica, observa-se que se por um lado o desenvolvimento da ciência tem uma dinâmica com a arborescência de sub-campos cada vez mais diversos e especializados por meio de um progresso irreversível, por outro lado, no desenvolvimento científico, questões abandonadas ou

² A história de uma ciência madura guiada por um paradigma é dividida em fases normais e fases revolucionárias. Na primeira fase, os pesquisadores desenvolvem as implicações de um paradigma o mais completamente possível: não criticam o paradigma e nem buscam alternativas para ele, pois há os padrões para o trabalho dentro da ciência que governa. O paradigma coordena e dirige a atividade de solução de “quebra-cabeças”, “charadas” ou “enigmas” do grupo dos cientistas que trabalham em seu interior. Na segunda fase, a crise ocorre quando os cientistas não conseguem resolver muitos problemas com os quais o paradigma defronta. O acúmulo de anomalias leva o cientista a procura de outro paradigma baseado em diferentes pressupostos.

negadas por uma especialização passaram silenciosamente para outras, ressurgiram em um novo contexto teórico, que vai além da proliferação das disciplinas.

Dentro desse referencial, Prigogine e Stengers (1984) propugnam que o caráter fundamentalmente aberto da ciência seja reconhecido através de alianças, pois é através da complementaridade de saberes que podem surgir campos *suis generis* de conhecimento que possam melhor responder aos problemas da realidade.

São nas interseções entre disciplinas, por ocasião da convergência entre vias de aproximação separadas, que são ressuscitados problemas que se julgavam resolvidos e que se pode insistir sob uma forma renovada em questões da realidade não respondidas pela compartimentação disciplinar.

Como a geografia tradicional não consegue explicar a totalidade por meio de seus métodos clássicos, as alianças com outros campos do conhecimento e a interdisciplinaridade dentro da própria geografia se tornam estratégias necessárias para explicar a dinâmica da realidade.

As alianças são estratégicas a fim de permitir que os discursos herméticos à geografia sejam ampliados e para que os eventos possam definir a própria renovação das ciências, trazendo novos métodos e novas linguagens de expressão para designar o novo e sua dinâmica.

Com o advento da globalização, a geografia das Relações Internacionais surge como um novo corpo teórico resultante de uma produção socialmente construída por alianças nas determinações relacionais de seu tempo histórico, e, portanto, se distancia de uma concepção tradicional de que toda ciência se coloca de forma neutra e desinteressada.

3 - As Alianças para uma Geografia das Relações Internacionais

Na construção da área de geografia das relações internacionais falta ainda um progresso de teorização, a fim de acumular uma série de elementos conceituais, o que torna necessário um esforço sistemático de depuração analítica para melhor visualizar o campo de atuação e suas fronteiras teóricas, não retirando a sua característica

interdisciplinar de confluências teóricas que o consolidam a partir de uma natureza *suis generis*.

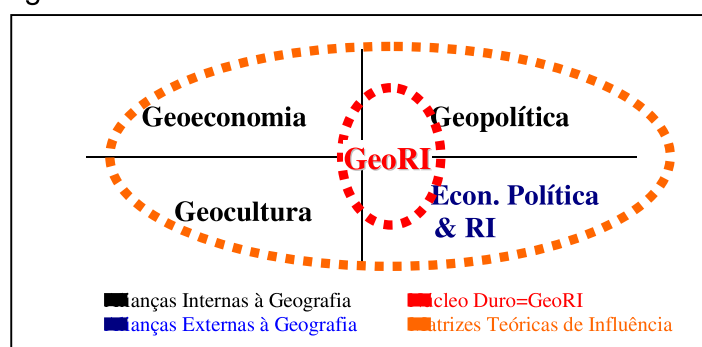
Em tal empreitada tem importância a abstração das principais matrizes teóricas que conformam o campo para reconhecer qual é o aparato intelectual que é próprio à Geografia das Relações Internacionais.

As alianças de cada especialização ao convergirem para uma discussão integrada criam um núcleo duro de conceitos, que mostra o caráter *suis generis* da geografia das relações internacionais e torna possível a compreensão dos limites e alcances de cada especialização da aliança.

Com as *alianças internas* à geografia por meio da geoeconomia, geopolítica e geocultura e com as *alianças externas* por meio da economia política e das relações internacionais surge um núcleo duro convergente de hibridação de métodos que denomina-se geografia das relações internacionais.

O núcleo duro de estudos da geografia das relações internacionais traz um avanço no recorte de estudos da geografia tradicional, pois existe uma fuga de análises ultraespecializadas de sub-campos relativamente autônomos que simplificam a realidade em detrimento de um recorte mais sistêmico de interpenetração de áreas que traz uma visão mais enriquecida da complexidade do espaço.

Figura 1 - **Matrizes teóricas de Influência da GeoRI**



Fonte: Elaboração própria.

O reconhecimento do aparato intelectual da GeoRI é antes de mais nada um esforço desafiador que busca a habilitação de abertura da fronteira de possibilidades do campo com o duplo objetivo de formar uma identidade e uma metodologia.

O grande desafio desse esforço é consolidar as características próprias da área sem se confundir com a mescla de matrizes teóricas de influência, uma vez que a multidisciplinaridade faz parte do caráter *suis generis* do campo, que é permeável e não fechado, mas têm um núcleo duro definido.

Como nenhuma especialização científica é fixa, a Geografia das Relações Internacionais pode aprender com os demais ramos da geografia que o dinamismo, a cumulatividade e a transformação da trajetória de construção do campo deve estar relacionado com a busca de um conhecimento ligado à totalidade da realidade e com a abertura a correções e a críticas.

Dentro desse cenário, na criação da identidade e da metodologia é pertinente o constante espírito de indagação, saber de onde veio a área e apontar para onde vai dentro da complexa dinâmica que é engendrada na construção do espaço pelas relações internacionais.

3.1 - O Núcleo Duro da Geografia das Relações Internacionais

Como um aspecto temerário na construção de um campo intitulado Geografia das Relações Internacionais está a possibilidade de fragmentação e desarticulação com as demais especializações da Geografia, o que remete a uma prioridade de articulação dos conteúdos metodológicos da GeoRI com o sentido social e totalizante da própria Geografia.

Tabela 3 – Escalas Horizontais de Estudo da GeoRI

<i>Local</i>	A <i>escala local</i> é uma escala intranacional extremamente elástica, que pode iniciar na <i>escala da experiência</i> de um sistema urbano ou rural até o extremo de uma <i>escala de macro-regiões</i> .
<i>Estado-Nação</i>	A escala do Estado-nação é a mediadora entre as escalas global e local. Enquanto pivô de escalas intermediárias o Estado-Nação é uma escala de filtragem de horizontalidades e verticalidades dos processos de cooperação e conflito.
<i>Regionalismo Transnacional</i>	É a escala de integração espacial engendrada por processos de formação de blocos de países que compartilham os mesmos valores ou objetivos, a partir de ações que têm uma lógica econômica e/ou política dos Estados-Nações soberanos, ao estabelecerem voluntariamente instituições para governança coletiva. Tem diferentes formas institucionais e níveis de profundidade: zona de livre comércio, integração aduaneira, integração econômica, integração física e finalmente integração política
<i>Sistema-Mundo</i>	É a escala que configura o senso de totalidade do sistema capitalista, pois define a acumulação que move todo o sistema ao operar por meio da integração de mercados globais. A totalidade do sistema-mundo é dada pela dinâmica capitalista que opera de forma desigual, mas combinada, sendo as sociedades nacionais partes de um todo no qual uma determinada mudança social só pode ser compreendida em sua totalidade: o sistema-mundo.

Fonte: Elaboração própria. Adaptada de Taylor e Flint (2002).

A GeoRI é um sinal revelador de uma opção inteiramente nova para a renovação dos estudos geográficos ao romper com a clássica indeterminação da geografia cindida entre as ciências da natureza e as ciências humanas por meio de um recorte transescalar do sistema internacional que vai do local ao global pelo diálogo de estruturas escalares verticais e horizontais.

O estudo de geografia das relações internacionais, se por um lado apóia-se em uma estrutura escalar horizontal que coloca o *mundo global* ou *sistema-mundo* em três níveis dinâmicos de conflito e cooperação - o centro, a semiperiferia e a periferia -, por outro lado está assentado em uma estrutura escalar vertical em quatro níveis - o Local o Estado-Nação, o Regionalismo Transnacional e o Sistema-Mundo.

A noção de escala tem importância de análise na geografia das relações internacionais enquanto nível lógico essencial para a compreensão de qualquer realidade é integrada de forma transescalar, pois os contextos globais estão relacionados ao nível da escala nacional e com as interações de processos intranacionais e transregionais.

A geografia das relações internacionais torna evidente que existe um vínculo entre a formação espacial internacional e o processo de produção das formações econômico-sociais nacionais dentro de um sistema-mundo.

Ademais, os estudos levam em consideração em suas análises a dupla natureza do espaço geográfico em sua primeira e segunda natureza, pois se por um lado o espaço geográfico tem uma primeira natureza, física, por outro lado, ele tem uma segunda natureza, produzida através do trabalho humano; naturezas essas que não se dissociam como no consagrado modelo dualista de separação das relações homem-meio.

Ao observar as forças em ação do poder militar e a lógica do poder econômico, contextualizando historicamente a formação territorial dos Estados e o papel das compartimentações institucionais no condicionamento cultural, político e econômico das sociedades; ao analisar a evolução das trocas internacionais, a especialização do comércio mundial e as sucessivas divisões internacionais do trabalho; ao avaliar as condições atuais do sistema-mundo, ressaltando as relações assimétricas entre os atores; e finalmente diante dos conflitos contemporâneos de etnias, religiões e recursos naturais na disputa do poder político e econômico, a geografia das relações internacionais possibilita uma análise integrada transescalar da natureza do poder internacional.

O estudo da geografia das relações internacionais implica em uma ótica analítica diferenciada, segundo as escalas operadas entre o local e o global, que dá acesso a uma macrogeografia dos territórios e às diversas articulações do espaço social por uma pluralidade de atores.

Ao delinear as lógicas de espaços construídos transecalarmente por Estados, empresas e instituições internacionais, a geografia das relações internacionais aponta

as redes e a complexidade de articulação dos interesses em um interdependente mundo globalizado que é construído por iniciativas de cooperação e conflito.

4 - Últimas Considerações à Guisa de Conclusão

Tornou-se trivial dizer que o mundo está mudando em grande velocidade, porém, nenhum consenso há quando se trata de compreender o sentido e a profundidade dessas mudanças no contexto da globalização e quais são os vetores do desenvolvimento, haja vista que nas diversas sociedades humanas que experimentaram variadas formas de se relacionar com o *espaço* e com o *tempo*; suas diferentes épocas ou estágios evolutivos viram mudanças nessa relação.

Algumas das diferentes experiências e interpretações contemporâneas da geografia, no vivenciar o espaço e o tempo, passou a sofrer constantes modificações, modificações essas sempre num mesmo sentido, em que os espaços vão diminuindo e o tempo parece transcorrer de forma cada vez mais acelerada, tal como descreve David Harvey (1992), ao usar uma figura de analogia com a física para demonstrar a experiência do "encurtamento do espaço-tempo", muito própria do capitalismo e exacerbada nos dias atuais.

Diante da necessidade de se criar uma linguagem nova para explicar a complexa nova dinâmica espacial do mundo global, a geografia particularmente tem enfrentado pressões e demandas de renovação oriundas endogenamente e exogenamente ao seu consolidado campo científico para uma maior abertura dialógica e de interpenetração aos recortes científicos.

A partir desse quadro evolutivo de desenvolvimento pragmático do mundo e reflexivo nos desenvolvimentos teóricos, ao adotar o recorte epistemológico da geografia das relações internacionais, o presente trabalho objetivou demonstrar a importância desse novo campo absorvente de estudos para a renovação dos estudos geográficos.

A geografia das relações internacionais apresenta-se como uma recente contribuição teórica por ser uma área de convergência entre os estudos geopolíticos,

geoculturais e geoeconômicos, ao mesmo tempo em que ultrapassa os limites de cada especialização.

Essa efetivação do contato dentro da própria geografia entre áreas especializadas aparentemente isoladas viabiliza a consistência de uma maior crítica por meio da geografia das relações internacionais na construção de um saber totalizante, pois a aproximação entre as áreas do conhecimento tende a ampliar os horizontes da ciência.

5 - Referências Bibliográficas

- CRUZ, S. V. (2005) “Um prisma ex-cêntrico: O campo das relações internacionais no Brasil e os desafios da época”.
- EGLER, C. (1991) “As escalas da economia: Uma Introdução à dimensão territorial da crise”. *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 53, nº 3. Rio de Janeiro.
- FEYERABEND, P. (1977) *Contra o Método*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- HANSON, N. R. (1977) *Patrones de descubrimiento. Observación y explicación*. Madrid: Alianza Universidad.
- HARVEY, D. (1992) *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.
- KNELLER, G. F. (1980) A ciência como atividade humana, Rio de Janeiro: Zahar.
- KUHN, T. (1996) *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- LAKATOS, I. (1983) *La metodología de los programas de investigación científica*. Madrid: Alianza Universidad.
- NAGEL, E. (1978) *La Estructura de la Ciencia*. Buenos Aires: Paidós.
- PRIGOGINE, I. & STENGERS, I. (1984) *A Nova Aliança: A Metamorfose da Ciência*. Brasília: Editora da UNB.
- SMITH, N. (2002) “Contornos de uma política espacializada”. In: ARANTES, A. (org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papius.
- TAYLOR, P. & FLINT, C. (2002) *Geografia Política: Economia-Mundo, Estado-nación y localidad*. Madrid: Trama.
- WALTZ, K. N. (1979) *Theory of International Politics*. Nova York: McGrill.

WEBER, M. (1993) *Metodologia das Ciências Sociais*, partes 1 e 2. Campinas: Editora da Unicamp.